

## Estratégias e Contra-estratégias do Corpo do Trabalhador

Autoria: Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

### Resumo

Esse artigo tem como objetivo explorar abordagens e conceitos do corpo do trabalhador em função da acumulação de capital e da mobilidade do trabalho, tanto na relação entre estratégia de acumulação de capital, mobilidade do trabalho e docilidade do corpo do trabalhador, quanto na relação entre contra-estratégia de acumulação do capital, imobilidade do trabalho e rebeldia do corpo do trabalhador. A primeira relação segue a razão instrumental, pautando-se na racionalidade do trabalho e de seu corpo. A segunda relação foge da razão instrumental em função do limite da racionalidade do trabalho e de seu corpo. Analisando essas relações, verifica-se que enquanto a contribuição do corpo dócil do trabalhador para a mobilidade do trabalho e para a estratégia de acumulação de capital é previsível, determinada e passiva, a contribuição do corpo rebelde do trabalhador para a imobilidade do trabalho e para a contra-estratégia de acumulação de capital é imprevisível, indeterminada e ativa. Conclui-se paradoxalmente que a dócil passividade do corpo está para a mobilidade do trabalho, assim como a rebelde atividade do corpo está para a imobilidade do trabalho.

### 1. Introdução

Segundo Gaudemar (1979), a maioria dos países capitalistas ocidentais pensou a mobilidade do trabalho como “signo e fator de progresso econômico” e, em prol dessa mobilidade, definiu políticas e realizou ações, favorecendo e estimulando a produção, os movimentos migratórios e a imigração estrangeira, e os trabalhos e as categorias profissionais mais móveis<sup>1</sup>.

Sem procurar discutir e verificar a posição dos países, nem sequer diante da controversa e por vezes problemática imigração estrangeira, o que se observa é que a mobilidade de trabalho ocorre intensamente nos mais diversos modos, por exemplo, como migrações entre locais de condições econômicas e sociais diversas, dentro do mesmo país ou entre países distintos, e de forma legal e ilegal, e como mudanças no mercado de trabalho, relacionadas com novas competências e também novas ocupações profissionais.

Nesse contexto, é que se resgata a proposta de Gaudemar (1979), de analisar a mobilidade do trabalho, não só no campo econômico, como também nos campos social e político, entendendo que “o que está em jogo é algo ainda mais impressionante, tanto do lado do poder como do lado dos trabalhadores”: “o uso do trabalho e, portanto, do corpo dos homens pelo capital, esboçando seus contornos incertos, ainda encobertos pela sombra do campo do valor de troca”<sup>2</sup>.

Gaudemar (1979) desenvolve dialeticamente o conceito de mobilidade do trabalho, considerando essa mobilidade como estratégia e contra-estratégia de acumulação de capital. Por um lado, a mobilidade de trabalho surge como lugar de estratégia de acumulação de capital, como meio de realização da mais-valia, na medida em que compreende a diferença entre o valor de uso e o valor de troca da força de trabalho. Por outro lado, a mobilidade ou, mais exatamente, a imobilidade do trabalho emerge como lugar “de uma nova relação estratégica, ponto de emergência de uma contra-estratégia”; como lugar para o qual

"convergem diferentes lutas, diferentes tanto por seus atores como por seus objetivos imediatos, e pelo alcance de seus efeitos"<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva dialética, Gaudemar (1979) analisa "o discurso do capital sobre a força de trabalho, sobre o uso que deseja poder fazer dela" e indica um possível "contra-discurso, que funde uma estratégia de imobilidade"<sup>4</sup>.

Ao analisar a estratégia de acumulação de capital e da mobilidade do trabalho, Gaudemar (1979) define essa mobilidade como "variações de duração, intensidade e produtividade" do trabalho, impostas aos trabalhadores e, particularmente, aos corpos dos trabalhadores, ressaltando que, nessa mobilidade, "o poder capitalista submete as forças de trabalho, quer dizer, os corpos dos homens cuja docilidade é uma necessidade permanente"<sup>5</sup>.

Mas, se a docilidade do corpo do trabalhador é necessária para que se realize a mobilidade do trabalho e, através dessa, a acumulação de capital, a ausência dessa docilidade, isto é, a rebeldia do corpo do trabalhador, pode dificultar e até impedir a mobilidade do trabalho, resultando na imobilidade do trabalho, e, através dessa, contribuir negativamente ou não contribuir para a acumulação do capital.

Insistindo na dialética, infere-se que o corpo do trabalhador pode contribuir tanto para uma estratégia de acumulação de capital, em função de sua docilidade, quanto para uma contra-estratégia, em função de sua rebeldia. O que se infere é que o corpo do trabalhador é capaz tanto de se submeter ao poder do capital, quanto de oferecer resistência a esse poder e, nesse caso, ser revolucionário.

Essa inferência põe em questão o papel do corpo do trabalhador na acumulação de capital. Questiona-se como o corpo dócil do trabalhador pode contribuir para a estratégia de acumulação de capital e, antes, para a mobilidade do trabalho. Questiona-se também como o corpo rebelde do trabalhador pode contribuir para a contra-estratégia de acumulação de capital e, antes, para a imobilidade do trabalho.

Ressalta-se que não se questiona a capacidade real de contribuição do corpo do trabalhador para a estratégia e a contra-estratégia de acumulação de capital, mas a possibilidade do corpo do trabalhador contribuir, o que, embora dependa da realidade, é uma questão de abordagem.

O questionamento, não da realidade do corpo do trabalhador, mas da abordagem dessa realidade indica que se assume uma posição quanto à produção de conhecimento (HESSEN, 1987), considerando:

- a) no conhecimento, a indissociável relação entre sujeito e objeto, não havendo sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito;
- b) a irredutibilidade do objeto ao sujeito e a correlata independência do objeto em relação ao conhecimento;
- c) a irredutibilidade do sujeito ao objeto e a correlata impossibilidade de conhecimento do objeto na ausência de sujeito;
- d) o limite da apreensão do objeto pelo sujeito e, em correlato, a parcialidade e a falibilidade do conhecimento.

Assumir essa posição quanto à produção de conhecimento não significa buscar um certo alinhamento epistemológico nas abordagens sobre o corpo e, nessa busca, privilegiar determinadas abordagens em detrimento de outras.

Pelo contrário, são consideradas abordagens diversas, inclusive as que contêm os dois conceitos de corpo identificados por Abbagnano (2000) na filosofia contemporânea, quais

sejam: corpo como “representações, percepções, idéias, ou complexos de tais coisas” e como “utensílios, instrumentos ou meios que o homem utiliza para no mundo, [...] que oferecem [possibilidades de ação e de reação] ao homem”.

Ainda na filosofia contemporânea, mas sem relacionar explicitamente a um dos dois conceitos antes identificados, Abbagnano (2000) apresenta a definição de corpo como “comportamento” ou “modo de ser vivido”, ressaltando que:

Essa redução de corpo a comportamento ou a modo de ser vivido, tão característico da filosofia contemporânea, não tem sentido idealista: não implica a negação da realidade objetiva do corpo ou sua redução a espírito, idéia ou representação. Ao contrário, essa representação da noção de corpo acentuou a objetividade da esfera do fenômeno em que o corpo consiste, ao mesmo tempo que procurou definir essa mesma esfera de fenômenos em termos de possibilidades de experiência ou de verificação, segundo uma orientação geral da filosofia contemporânea em face da realidade em geral.

Esse terceiro conceito de corpo, contrariando a afirmação do próprio Abbagnano (2000), aproxima-se do conceito identificado na física contemporânea, de corpo como “somente ‘certa intensidade do campo’”. A interpretação que se faz dessa definição é que o corpo é algo que está em algum lugar e em algum momento; o que não pode ser precisado e sobre o que não se pode ter certeza.

Além de considerar esses três ou quatro conceitos de corpo, e outros tantos conceitos passíveis de ser identificados nas mais diversas abordagens, concebe-se particularmente corpo como objeto, real ou fictício, que pode ser conhecido ou representado, bem como usado por um sujeito, e, desse modo, tornar-se objeto de conhecimento ou representação, e de uso para o sujeito.

Nesse artigo, o que se objetiva é explorar abordagens e, particularmente, conceitos do corpo do trabalhador em função da acumulação de capital e da mobilidade do trabalho, o que se desenvolve em dois eixos. Um primeiro eixo que explora a relação entre estratégia de acumulação de capital, mobilidade do trabalho e docilidade do corpo do trabalhador. Um segundo eixo que explora a relação entre contra-estratégia de acumulação do capital, imobilidade do trabalho e rebeldia do corpo do trabalhador.

No desenvolvimento desses dois eixos, são ultrapassados os limites dos campos da economia, da política e da sociologia, para agregar outros campos como o da antropologia e da psicologia, assim como os campos da administração e da engenharia, e, finalmente, desenvolver essa reflexão no campo dos estudos organizacionais. Trata-se do campo dos estudos organizacionais, o qual, em função da complexidade de seu objeto, organização, integra outros campos de conhecimento, inclusive o da administração, e é notadamente amplo e fragmentado.

É nesse campo dos estudos organizacionais que se desenvolve a reflexão sobre a estratégia e a contra-estratégia de acumulação de capital, a mobilidade e a imobilidade do trabalho, e a docilidade e a rebeldia do corpo do trabalhador; o que se estrutura em dois tópicos: Estratégia de acumulação de capital, mobilidade do trabalho e docilidade do corpo do trabalhador; e Contra-estratégia de acumulação do capital, imobilidade do trabalho e rebeldia do corpo do trabalhador.

## **2. Estratégia de acumulação de capital, mobilidade do trabalho e docilidade do corpo do trabalhador**

Entendendo que se trata de uma estratégia de mobilidade do trabalho forçada, com apoio de um discurso econômico que demonstra ora a inevitabilidade e ora as vantagens individuais ou coletivas dessa mobilidade, Gaudemar (1979) propõe-se a desvendar “o que a mobilidade põe realmente em jogo” que é “o uso capitalista da disponibilidade dos homens, da docilidade (Foucault) de seus corpos”.

A mobilidade do trabalho é definida por Gaudemar (1979) como instrumento, tanto de acumulação de capital, por realizar a mais-valia, quanto, e em correlato, de mobilização, dinamização, adaptação e readaptação da força de trabalho ou, mais exatamente, da mão de obra em função da produção. Complementando a cadeia, o corpo dócil do trabalhador serve também de instrumento para a mobilidade do trabalho e, através desta, para acumulação de capital.

Essa noção de instrumento está na origem do conceito de corpo dócil, caracterizado por Foucault (2005b) “como objeto e alvo do poder [...] que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”, sendo assim nada mais do que uma “máquina” que integra o “homem-máquina”.

Foucault (2005b) refere-se ao livro “O Homem-máquina”, de La Mettrie, apresentando-o como “uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável”. Essa união entre, por um lado, o corpo “analisável” ou “inteligível”, e, por outro lado, o corpo “manipulável” ou “útil” é que consiste no corpo “dócil”, definido como “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Nesse sentido, a docilidade do corpo do trabalhador pode ser interpretada como: submissão desse corpo ao processo de acumulação de capital e, antes, à mobilidade do trabalho; utilização desse corpo para a mobilidade do trabalho e, através dessa, para a acumulação de capital, e ainda transformação e aperfeiçoamento, isto é, adequação desse corpo ao uso da mobilidade do trabalho e, por conseguinte, da acumulação de capital.

Essa interpretação da docilidade do corpo do trabalhador é generalizada ao se considerar o trabalhador como uma categoria social, a dos trabalhadores, ou como mão de obra ou ainda como força de trabalho. Na sombra do materialismo, o corpo dos trabalhadores, da mão de obra e da força de trabalho paradoxalmente se desmaterializa e vai ao encontro do capital. Também no materialismo, esse corpo dos trabalhadores, da mão de obra e da força de trabalho materializa-se, mas em um só corpo, o corpo social; que é heterogêneo e hegemônico na sua totalidade, e homogêneo na singularidade dos dois únicos segmentos que o compõem. É o segmento dos trabalhadores que se evidencia como absolutamente submisso, manipulado, manobrado, controlado, dominado, assim como transformado, aperfeiçoado, adequado e moldado para ser utilizado e explorado na produção e reprodução do capital.

Foucault (2005b) atribui a docilidade do corpo às “disciplinas”, definidas como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” ao:

- a) “exercer sobre ele [o corpo] uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo”;
- b) controlar, no corpo, “a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; [...] as forças”;

- c) exercer uma “coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado [...] de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”.

Com essas disciplinas, na visão de Foucault (2005b), surge uma nova “arte do corpo humano”, uma “anatomia política” e também uma “mecânica do poder”:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

Nessa análise anatômica e mecânica do corpo desenvolvida por Foucault (2005b), destaca-se a relação direta entre, por um lado, a utilidade econômica, com o aumento da aptidão ou da capacidade, o que implica em eficácia e rapidez, e, por outro lado, a obediência política, com a intensificação da dominação e, em paralelo, da sujeição.

Esse corpo útil e obediente, como indica Foucault (2005b), resulta da aplicação de técnicas que “definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder”, técnicas essas que “não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro” e que “atravessando a pedagogia, a medicina, a tática militar e a economia, deveria[m] chegar ao homem que sonhara no fim do século [XVIII] ser”.

As técnicas referidas por Foucault (2005b) são, por exemplo, regulamentos e inspeções, que objetivam exercer “o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” e imprimir, “no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito”. O autor refere-se a técnicas criadas e aplicadas em organizações de ensino, de saúde, militares, industriais, mas que também se aplicam em outras organizações, técnicas estas que permitem formar, transformar e explorar o corpo útil e obediente. Trata-se de técnicas de administração ou de gestão organizacional.

Ao sistematizar a produção do conhecimento no campo dos estudos organizacionais, Motta (2001) traça a evolução da teoria da administração para a teoria das organizações. Como marco inicial dessa evolução, o autor aponta os séculos XVIII e XIX, quando identifica não uma teoria da administração, mas “precursores da racionalização do trabalho e da sociedade”, para os quais o trabalho e a sociedade deveriam ser organizados racionalmente, o que os levou a “desenvolver disciplinas científicas com esse objetivo”. Dentre os “precursores da racionalização do trabalho e da sociedade”, vale destacar Robert Owen (apud MOTTA, 2001), por afirmar que “a natureza humana podia ser facilmente treinada e dirigida”.

Como evolução desse pensamento, surge, no início do século XX, a teoria da administração, criada por aqueles que Motta (2001) denomina de “pioneiros da teoria da administração”, os



quais, assim como os “precursores”, se preocupavam com a racionalização da sociedade, do trabalho e, mais especificamente, da produção ou produtividade.

Os “pioneiros da teoria da administração” são fundamentalmente os teóricos da Escola Clássica, cujas idéias Motta (2001) resume “na afirmação de que alguém será um bom administrador à medida que planejar cuidadosamente todos os seus passos, organizar e coordenar as atividades de seus subordinados e comandar e controlar o seu desempenho”.

Nos primórdios da teoria da administração e, particularmente, na teoria clássica, Motta (2001) destaca Taylor, justamente pelo “tratamento dado à questão da produtividade do trabalho”, como descrito a seguir:

Taylor preocupou-se muito mais com a racionalização dos métodos e sistemas de trabalho do que com a racionalização da organização. Em toda sua obra percebe-se uma noção de natureza humana: a idéia do ser eminentemente racional que, ao tomar uma decisão, conhece todos os cursos de ação disponíveis e as conseqüências da opção por qualquer um deles.

Pensando dessa forma, o homem é encarado como um agente capaz de maximizar suas decisões. Como seus valores são tidos previamente como econômicos, entende-se que o fará em termos de maiores ganhos pecuniários. O homem é ainda visto como um ser que procura um máximo de ganhos com um mínimo de esforços. Diante desse dado cabe ao administrador garantir que o trabalhador dispense o esforço de que é capaz. Para Taylor isso é possível porque existe uma única maneira certa de se realizar um trabalho. Uma vez descoberta, ela maximizará a eficiência.

A descoberta depende do estudo do trabalho em suas diferentes fases e dos movimentos necessários à sua execução, visando simplificá-los e reduzi-los ao máximo. Além disso, devem ser feitas experiências com movimentos diferentes, medindo sua duração, a fim de descobrir sua maneira mais rápida.

Entretanto, para determinar os padrões de produção, não basta descobrir a “única maneira certa”. É preciso, também, encontrar quem a realize. Imaginando que há pessoas idéias para determinados trabalhos, Taylor desenvolve a idéia do “homem de primeira classe”. Dessa forma, é o “homem de primeira classe” que deve servir de base para os estudos de tempos e movimentos. Uma vez descobertos os tempos e movimentos padrões, caberia aos operários apenas executar sem discussão.

Para garantir que os padrões fosse atingidos, Taylor sugere a seleção, o treinamento e o controle dos trabalhadores. A primeira consistiria na descoberta do “homem de primeira classe”. O segundo seria bastante simples, na medida em que o trabalho estaria totalmente padronizado. O terceiro diz respeito à supervisão cerrada, de modo a garantir a realização do trabalho de acordo com a única maneira certa.

O “homem de primeira classe” de Taylor (apud MOTTA, 2001) é o “homem-máquina” de La Mettrie (apud FOUCAULT, 2005b), “selecionado”, “treinado” ou “adestrado”, e “controlado”, para realizar o trabalho da “única maneira certa”, dentro de “padrões de produção” e, particularmente, em “tempos e movimentos padrões”, executados pelo corpo-máquina, submetido, transformado, adequado e aperfeiçoado, por meio de “técnicas” e segundo “disciplinas” (FOUCAULT, 2005b; MOTTA, 2001), para sua utilização ou exploração no processo produtivo.

Na passagem da teoria da administração para a teoria das organizações, Motta (2001) registra que “a preocupação com a produtividade dá lugar à preocupação com a eficiência do sistema”, referindo-se ao “sistema social no qual a administração se exerce, com vistas à sua maior eficiência, em face das determinações estruturais e comportamentais”.

Ao longo da evolução, primeiro, da teoria administração e, segundo, da teoria das organizações, Motta (2001) apresenta idéias que se assemelham e complementam as idéias dos “pioneiros da administração” e que se opõem a elas. No primeiro caso, destaca-se a percepção de que o homem tem necessidades, comportamentos, interesses e outras características que dificultam seu controle e requerem o desenvolvimento das técnicas de administração ou gestão. No segundo caso, destaca-se o reconhecimento da complexidade do

homem e da conseqüente impossibilidade de controle, mesmo com técnicas avançadas de administração ou gestão.

Contudo, nas tendências contemporâneas da teoria das organizações, no final do século XX e início do século XXI, Motta (2001) constata a permanência e a hegemonia das idéias dos “pioneiros da administração” e, particularmente, de Taylor, revistas como “abordagens prescritivas” que consistem em “instrumentos de administração mais que teorias e, freqüentemente, são chamadas neotayloristas ou neoclássicas, uma vez que retomam e atualizam alguns pressupostos tayloristas”. São exemplos dessas “abordagens prescritivas” ou desses instrumentos ou técnicas de administração ou gestão: “qualidade total [...], flexibilização, divisão da organização em processos, eliminação de níveis hierárquicos, padronização e transparências organizacionais (ISO 9000, ISO 14000), reengenharia e *downsizing*”.

Nas abordagens clássicas e neoclássicas, tayloristas e neotayloristas, a racionalização dos métodos e sistema de trabalho e de produção está atrelada à racionalidade do trabalhador, isto é, requer que esse homem seja racional e, particularmente, seu corpo se comporte racionalmente. Nessas abordagens, reconhece-se a razão como fundamento do homem que é máquina e instrumento de produção, ao permitir e exigir o domínio do corpo, obter sua docilidade, torná-lo economicamente útil e politicamente obediente, fazendo desse corpo também máquina e instrumento do próprio homem e da produção.

Em uma perspectiva mais ampla, a tendência apontada por Motta (2001) é de hegemonia da razão instrumental, na qual a ciência é reduzida a pensamento utilitário e, com esse pensamento, é colocada a serviço da produção, cuja lógica é de dominação; e, no universo social dominado pela racionalidade instrumental, “tudo é medido em função de fins determinados” e “o improdutivo é excluído e visto como anti-social”.

Na razão instrumental é que se compreende a concepção de Gaudemar (1979) sobre a estratégia de acumulação de capital que se pauta na docilidade, isto é, na racionalidade do corpo do trabalhador e, antes, da racionalidade do trabalhador, como categoria social, mão de obra ou força de trabalho, que serve de instrumento para a mobilidade de trabalho e, através dessa mobilidade, serve também de instrumento para a acumulação de capital.

### **3. Contra-estratégia de acumulação do capital, imobilidade do trabalho e rebeldia do corpo do trabalhador**

No que se refere à contra-estratégia de acumulação do capital através da imobilidade do trabalho, Gaudemar (1979) restringe-se a analisar superficialmente algumas lutas — contra o desemprego, a divisão do trabalho, a imigração, a especulação imobiliária, etc. —, sem fazer referência, nessa análise, ao corpo do trabalhador<sup>6</sup>.

Ao analisar as lutas na ausência do corpo, Gaudemar (1979) segue a tendência dos estudos sociais, apontada por Hassard, Holliday e Willmott (2000), de tomar o corpo como dado, assumir sua presença, mas raramente examinar como as práticas sociais são corpóreas e, nesse sentido, necessitam do corpo para se realizarem. Essa tendência de exclusão do corpo do trabalhador é sentida, mesmo quando a docilidade é indicada como condição necessária para a mobilidade do trabalho e, através dessa, para a estratégia de acumulação de capital.

Já Foucault (2005a) defende explicitamente a inclusão do corpo nas abordagens sociais:

É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da

consciência, da idealidade. Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder... Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metucioso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias... E depois, a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. [...] Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual... [...] Eu me pergunto se, antes de colocar a questão da ideologia, não seria mais materialista estudar a questão do corpo, dos efeitos do poder sobre ele. Pois o que me incomoda nessas análises que privilegia a ideologia é que sempre se supõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica, que seria dotado de uma consciência de que o poder viria se apoderar.

Para Foucault (2005a), se existe “um fantasma corporal”, “o grande fantasma é a idéia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades”, considerando que “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos”.

Com base em Foucault (2005a), entende-se que a estratégia de acumulação de capital através da mobilidade do trabalho de Gaudemar (1979) implica na atuação do poder do capital apenas sobre o corpo social ou sobre o corpo do trabalhador em geral, o que, se não exclui, supera e abstrai o corpo do trabalhador como indivíduo.

Sob esse conceito, o poder do capital encontra seu limite de ação no corpo do trabalhador como corpo social, ou simplesmente no corpo social, corpo esse que por sua vez tem sua capacidade de reação, de submissão ou de resistência limitada à sua atuação coletiva e social na mobilidade do trabalho ou na imobilidade do trabalho, e, por conseguinte, na estratégia ou na contra-estratégia de acumulação de capital.

Diferentemente de Gaudemar (1979), Foucault (2005a) pensa no exercício do poder “no corpo social, e não sobre o corpo social”, pois quando pensa na “mecânica do poder”, pensa “em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”.

Na concepção de Foucault (2005a, 2005b), a docilidade implica no “aumento do domínio de cada um sobre o seu próprio corpo”, dispensando a “obediência a outrem”, o que se traduz no exercício do poder não apenas no corpo social, mas também no corpo do indivíduo.

Ao reconhecer o exercício do poder no corpo do indivíduo, que compõe o corpo social, mas não se reduz a ele, e o domínio que esse indivíduo tem sobre seu próprio corpo, Foucault (2005a) sugere que, além de dócil, esse corpo é potencialmente rebelde:

Como sempre, nas relações de poder, nos deparamos com fenômenos complexos que não obedecem à forma hegeliana da dialética. O domínio, [e] a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder [...] Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio poder [...] E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... [...] Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua. [...] A cada movimento de um dos adversários corresponde o movimento do outro. [...] É preciso aceitar o indefinido da luta... O que não quer dizer que não acabará um dia.

Nessa concepção, evidencia-se um movimento que Foucault (2005a) hesita em chamar de revolucionário, mas que assume a forma de luta na qual “o corpo é uma das peças importantes, senão essenciais”. Trata-se de uma luta travada entre o poder e o corpo do



indivíduo, com ataques e contra-ataques mútuos, em meio do que se manifesta a rebeldia desse corpo, sem que isto anule definitivamente sua docilidade.

Essa concepção possibilita, por um lado, o reforço da docilidade do corpo do trabalhador, a otimização da mobilidade do trabalho e a dinamização da estratégia de acumulação de capital, e por outro lado, a manifestação da rebeldia do corpo, a ocorrência da imobilidade do trabalho e realização da contra-estratégia da acumulação de trabalho.

Na contra-estratégia da acumulação de capital, as lutas, por exemplo, contra o desemprego, a divisão do trabalho, a imigração e a especulação imobiliária, podem ser concebidas como lutas travadas entre o poder e o corpo do trabalhador, social e individual, nas quais se alternam ataques e contra-ataques, submissões e resistências, docilidades e rebeldias, e, em paralelo, mobilidades e imobilidades do trabalho.

A contra-estratégia de acumulação de capital, diferentemente da estratégia de acumulação de capital, não se encerra na razão instrumental, mas, pelo contrário, foge dessa lógica. Para compreender a contra-estratégia de acumulação de capital, faz-se necessário reconhecer o limite da racionalidade do corpo do trabalhador e, antes, o limite da racionalidade do trabalhador, como grupo social e como indivíduo, que resiste à mobilidade de trabalho e, através da imobilidade do trabalho, oferece também resistência à acumulação de capital.

A racionalidade humana já aparece limitada nos estudos de um dos “pioneiros da teoria da administração”, sendo que da Escola das Relações Humanas, Mayo (apud MOTTA, 2001), para quem o homem é “um ser cujo comportamento não pode ser reduzido a esquemas mecanicistas, como um ser a um só tempo condicionado por demandas de ordem biológica e social”.

O limite da racionalidade humana evidencia-se na transição da teoria da administração para a teoria das organizações, com os estudos de March e Simon (apud MOTTA, 2001), que consideram que os fatores que influenciam e, por conseguinte, motivam o indivíduo para produzir estão, na sua maior parte, fora do controle da administração ou da gestão. O que foge a esse controle são os fatores psicossociais e culturais, que caracterizam o homem e limitam a sua racionalidade. Nessa perspectiva, a organização é dividida em duas partes, sendo uma parte racional, que consiste na estrutura organizacional e está sob o controle da administração ou da gestão, e a outra parte de racionalidade limitada, que consiste no comportamento humano e foge a esse controle.

Com a evolução da teoria das organizações, a compreensão do limite da racionalidade humana ganha uma dimensão social. Nos estudos de Merton, Gouldner e Selznik (apud MOTTA, 2001), o “que está em jogo é a racionalidade do sistema, dificultada pelas fontes de imprevisibilidade que lhes são inerentes”. Por um lado, trata-se do sistema organizacional, social e aberto, sobre o qual se impõem regras e padrões racionais de produção e, por conseguinte, de comportamento. Por outro lado, trata-se de um comportamento social que não corresponde ao padrão racionalmente imposto pela produção, sendo assim racionalmente limitado; o que é compreendido como “resistências à conformidade exigida pela burocracia [que] decorrem fundamentalmente das necessidades de autonomia dos participantes e da estrutura e das normas dos grupos sociais existentes na organização ou ainda dos grupos de referência de seus participantes”. Em síntese, a compreensão é de que “um padrão de comportamento pode gerar frustrações que levam à desobediência, à deteriorização do moral ou à redução da produtividade, comprometendo a consecução dos objetivos organizacionais”.

Nas tendências contemporâneas identificadas por Motta (2001), a teoria das organizações admite a limitação da racionalidade humana e apenas investe no controle ou domínio da limitada racionalidade humana, o que também ocorre com as abordagens prescritivas

neoclássicas e neotayloristas, mesmo quando parecem tomar a racionalidade humana como um dado.

Superando a concepção linear e evolucionista de Motta (2001) sobre o campo dos estudos organizacionais, o que se observa é que as abordagens contemporâneas reconhecem que a racionalidade humana é limitada, quer as que afirmam a possibilidade de controle ou domínio dos indivíduos e grupos sociais que integram a organização, quer as que negam essa possibilidade.

No sentido positivo, estão as abordagens que procuram minimizar e superar o limite da racionalidade humana em prol da eficiência e da eficácia das organizações, com o desenvolvimento de técnicas ou instrumentos de gestão organizacional. Visando o controle ou o domínio, o que se deseja é a docilidade do corpo do trabalhador, sendo a rebeldia indesejável e estando ela sujeita a repressões e punições. Nessa visão, a docilidade é obtida e a rebeldia é evitada ou coibida por meio de instrumentos de gestão, que podem impor autoritariamente ou acordar democraticamente os padrões de comportamento considerados adequados à produção.

No sentido negativo, estão as abordagens que procuram compreender a racionalidade humana e suas limitações, podendo a docilidade e a rebeldia do corpo do trabalhador ser igualmente e até simultaneamente contempladas. Nesse sentido, encontram-se desde abordagens que apenas reconhecem a docilidade ou a rebeldia, ou ambas, até as que condenam a docilidade e defendem e fomentam a rebeldia.

Ainda no campo dos estudos organizacionais, o impasse entre a racionalidade instrumental requerida pela produção e o limite da racionalidade humana evidencia-se com a inclusão do corpo como objeto de estudo.

Ao analisar a racionalização da produção industrial, Casey (In: HASSARD; HOLLIDAY; WILLMOTT, 2000) registra, como condição necessária desse processo, o controle e o domínio da natureza pela cultura humana, isto é, o controle e o domínio do homem e, através de sua mente, do seu corpo como lugar da natureza, das emoções, das sensações instintivas e dos desejos irracionais. Nas palavras da autora:

*There is a long history to the modern trajectory of rationalization [...] By the twentieth century modern philosophical biases against the corporeal were prevalent. Yet while social and cultural interest in the nature of the bodily being in the world — of embodiment — were marginalized, modern thought and practice did not deny the body, not dismiss its importance as a “problem” and as an object of mind. The body, along with emotions, was regarded as the domain of “nature”, of private inner sensations, instincts, and desires drive by “unreasoned” forces. The subjugation and control of instinctual man (and woman most especially), the domination of nature by culture, was a necessary condition of Western civilization.*

*[...]*

*A new attention to the body, and to the soul, gaining prominence in social and cultural studies, as in popular culture, has most notably emerged in anthropology and increasingly in sociology, social theory and psychology (see, for example, Csordas, 1994a; Featherstone et al., 1991; Frank, 1991; Shiling, 1993; Synnott, 1993). The current sociological interest in the body may indicate a significant movement within the sociological project that seeks a broadening of enquiry, an excavation of subjugated discourses, and an opening of categories that may allow a sensing of embodied, non-linguistic, sensory, affective knowledge. Or it may protract the disembodied objectification and petrification characteristic of the domination traditions of modern industrial thought that have not yet given way in post-industrial conditions.*

Apesar dessa importante participação do corpo nesse processo de racionalização industrial e da atenção dada ao corpo pelo pensamento e pela prática, envolvidos nesse processo, Casey (In: HASSARD; HOLLIDAY; WILLMOTT, 2000) ressalta que o corpo foi então marginalizado como objeto de estudo.

Recentemente, continua Casey (In: HASSARD; HOLLIDAY; WILLMOTT, 2000), o corpo aparece como objeto de estudo de vários campos de conhecimento, nos quais é concebido ou como lugar do discurso e do exercício do poder, sob o controle e o domínio da razão instrumental, ou como lugar, se não de emancipação, pelo menos da resistência ao poder, ao controle e ao domínio da razão. Diz a autora:

*Many in the current generation of theorists widely hold or acknowledge the critique of reason as emancipation, at least of "resistance" (the only one left for Foucault). The body is regarded paradoxically as both the site of discourses and operations of power, and of resistance to power. A now fragmented, and re-configured, self-agency may be practiced by the body through multiple identity representations and resistances of discursive power.*

Essa abordagem indica que o corpo é capaz de oferecer resistência ao poder do capital e, em correlato, ao controle e ao domínio da razão instrumental. E se não é possível afirmar que ocorra essa resistência na realidade prática, na abordagem teórica dessa realidade prática, essa possibilidade de resistência se afirma a ponto de promover a emancipação do corpo; como sugere Melucci (apud CASEY In: HASSARD; HOLLIDAY; WILLMOTT, 2000): *"Once the process of an experimental approach to the body is triggered through new forms of awareness, it can never be controlled again"*.

No campo dos estudos organizacionais, o corpo do trabalhador é finalmente concebido como resistente ao controle e ao domínio do poder e da razão, e, desse modo, revolucionário. Trata-se de um corpo rebelde e é essa rebeldia que pode dificultar ou impedir a mobilidade do trabalho, favorecer a imobilidade do trabalho e, através desta, contribuir para a contra-estratégia de acumulação de capital.

#### 4. Conclusão

Partiu-se da concepção dialética de mobilidade do trabalho como estratégia e contra-estratégia de acumulação de capital. No sentido da estratégia de acumulação de capital, sob o discurso do capital, a mobilidade do trabalho é meio de realização da mais-valia e necessita para essa finalidade da docilidade do corpo do trabalhador. No sentido da contra-estratégia de acumulação de capital, sob um contra-discurso e provavelmente resultante de lutas, a imobilidade do trabalho surge como obstáculo para a mais-valia.

Também dialeticamente, inferiu-se que o corpo do trabalhador pode contribuir tanto para uma estratégia de acumulação de capital, em função de sua docilidade, quanto para uma contra-estratégia, em função de sua rebeldia; bem como que o corpo do trabalhador é capaz tanto de se submeter ao poder do capital, quanto de oferecer resistência a esse poder e, nesse caso, ser revolucionário.

Nessa perspectiva dialética, questionou-se a possibilidade do corpo do trabalhador contribuir para a acumulação de capital, isto é, por um lado, como o corpo dócil do trabalhador pode contribuir para a estratégia de acumulação de capital, e, por outro lado, o corpo rebelde do trabalhador pode contribuir para a contra-estratégia de acumulação de capital.

Por conseguinte, definiu-se como objetivo explorar abordagens e, particularmente, conceitos do corpo do trabalhador em função da acumulação de capital e da mobilidade do trabalho. Sob esse objetivo, desenvolveu-se uma reflexão principalmente no campo dos estudos organizacionais, estruturada em dois eixos: da relação entre estratégia de acumulação de capital, mobilidade do trabalho e docilidade do corpo do trabalhador; e da relação entre contra-estratégia de acumulação do capital, imobilidade do trabalho e rebeldia do corpo do trabalhador.

O eixo que relaciona a estratégia de acumulação de capital, a mobilidade do trabalho e a docilidade do corpo do trabalhador é marcado pela razão instrumental. Nesse eixo, dois conceitos evidenciam-se articulados entre si, razão e instrumento, os quais se expressam como respectivamente racionalidade e instrumento na acumulação de capital, na mobilidade do trabalho, no trabalhador, e ainda no corpo do trabalhador.

A acumulação de capital é racional, não porque seja coordenada ou dependa de uma razão particular, mas porque obedece a uma razão geral, isto é, uma ordem, que se perpetua e é desse modo previsível. Trata-se da ordem e do modo de produção capitalista, em que se delineiam o sistema social e, particularmente, o processo produtivo, e se impõem padrões racionais de organização social e de produção. Essa razão ou ordem geral também rege a mobilidade do trabalho, permeia seu discurso e força sua ocorrência.

O trabalhador é por sua vez dotado de uma racionalidade, que atende à racionalidade da acumulação de capital e da mobilidade de trabalho e, particularmente, aos padrões racionais de organização social e de produção. Trata-se de uma racionalidade fundamentalmente coletiva, do trabalhador como força de trabalho, mão de obra e categoria social. Nesse contexto, a racionalidade individual do trabalhador é a mesma racionalidade coletiva e, assim, é também determinada pela racionalidade do processo produtivo.

O corpo do trabalhador está diretamente sujeito à racionalidade do trabalhador. Como corpo social ou coletivo, o corpo do trabalhador expressa a racionalidade da força de trabalho, mão de obra e categoria social e, por conseguinte, a racionalidade do processo produtivo, da mobilidade do trabalho e da acumulação de capital, comportando-se segundo os padrões racionais de organização social e de produção. Como corpo individual, ou expressa a mesma racionalidade que se aplica ao corpo social ou coletivo ou mesmo inexistente.

A racionalidade da acumulação de capital, da mobilidade do trabalho, do trabalhador e do corpo do trabalhador sustenta a condição de instrumento da mobilidade do trabalho e do trabalhador. Essa racionalidade é que permite que a mobilidade do trabalho sirva de instrumento para, por um lado, a acumulação de capital, ao realizar a mais-valia, e, por outro lado, o controle e o domínio do trabalhador e do corpo do trabalhador, ao mobilizar, dinamizar, adaptar e readaptar, em função do processo produtivo, o trabalhador, como força de trabalho, mão de obra, categoria social e, por determinação dos primeiros, grupo social e indivíduo.

Os instrumentos utilizados pela acumulação de capital e, particularmente, pela mobilidade do trabalho para o controle e o domínio do trabalhador e de seu corpo são as técnicas de administração ou gestão. Dentre essas técnicas, destacam-se as abordagens clássicas e neoclássicas, tayloristas e neotayloristas, por definirem explicitamente padrões de produção a serem seguidos por homens selecionados e treinados com essa finalidade.

Sob o controle e o domínio dos padrões de produção, o trabalhador, como grupo social e indivíduo, quer seja absolutamente racional, quer sua racionalidade seja limitada, é diretamente responsável pelo controle e domínio de seu corpo. Desse modo o trabalhador e, em última instância, o corpo do trabalhador são instrumentos de produção.

Em particular, o corpo do trabalhador, na condição de instrumento de produção, submete-se ou se sujeita racionalmente, de modo absoluto ou parcial, ao controle e ao domínio dos padrões racionais de produção, sendo ao mesmo tempo economicamente útil e politicamente obediente, isto é, dócil.

Paralelamente e em um sentido oposto ao eixo que relaciona a estratégia de acumulação de capital, a mobilidade do trabalho e a docilidade do corpo do trabalhador, o eixo que relaciona a contra-estratégia de acumulação de capital, a imobilidade do trabalho e a rebeldia do corpo

do trabalhado, não se desenvolve na razão instrumental. Nesse eixo, o que se evidencia é o limite da racionalidade humana e a possibilidade de resistência do corpo.

A racionalidade humana parece nunca ter passado de um projeto, datado e localizado, de uma ordem social e, particularmente, de uma sociedade, de modo que essa racionalidade, desde a sua emergência em tempos modernos, é limitada. Foi também como projeto que a racionalidade humana foi incorporada no pensamento dos “pioneiros da teoria da administração” e, particularmente, dos teóricos clássicos. Já os teóricos das relações humanas, que também são considerados “pioneiros”, embora não tenham abandonado o projeto de racionalização da produção e do trabalho, surpreenderam-se com o limite da racionalidade. Desde então, no campo dos estudos organizacionais, o reconhecimento desse limite tem sido comum, o que se evidencia nas abordagens contemporâneas. Diante dessa limitação da racionalidade, essas abordagens dividem-se entre: compreender a racionalidade humana e suas limitações; e, além de compreender, minimizar e superar o limite da racionalidade humana em prol da eficiência e da eficácia das organizações, com o desenvolvimento de técnicas ou instrumentos de gestão organizacional.

Ainda no campo dos estudos organizacionais, as abordagens contemporâneas sobre o corpo apontam para o conflito entre a racionalidade demandada pela produção e o limite da racionalidade humana, isto é, entre o que a produção requer e, em contrapartida, como o corpo se comporta.

Nesse impasse, estabelece-se uma relação de poder entre o processo produtivo e o corpo do trabalhador: por um lado, o processo produtivo impõe, como condição necessária, o controle e o domínio do corpo; o que não significa que essa condição seja prontamente atendida, até porque, por outro lado, o corpo mostra-se resistente ao poder, ao controle e ao domínio. Ao oferecer essa resistência, o corpo se faz rebelde e revolucionário.

Em síntese, enquanto a contribuição do corpo dócil do trabalhador para a mobilidade do trabalho e, por conseguinte, para a estratégia de acumulação de capital é previsível, determinada e passiva, a contribuição do corpo rebelde do trabalhador para a imobilidade do trabalho e, por conseguinte, para a contra-estratégia de acumulação de capital é imprevisível, indeterminada e ativa; isto é, paradoxalmente, a dócil passividade do corpo está para a mobilidade do trabalho, assim como a rebelde atividade do corpo está para a imobilidade do trabalho.

Ao se conceber nesses termos a contribuição do corpo do trabalhador para a estratégia e a contra-estratégia da acumulação de capital, cabe lembrar que não se verificou a capacidade real de contribuição, mas a possibilidade de contribuição em função de sua abordagem. Desse modo, a razão instrumental foi posta desde o início em questão, assumindo-se a priori o limite da racionalidade de quem produz conhecimento e, por conseguinte, a parcialidade e falibilidade do próprio conhecimento.

Contudo, ainda de modo coerente com esse posicionamento epistemológico, vislumbra-se o aprofundamento desse estudo sobre a possibilidade de contribuição do corpo do trabalhador para a estratégia e a contra-estratégia da acumulação de capital com uma ampliação da revisão bibliográfica de modo a contemplar outras abordagens, nos mais diversos campos de conhecimento; e envolver pesquisas empíricas que explorem essa possível realidade.

Afora estratégia e a contra-estratégia da acumulação de capital, e mobilidade e imobilidade de trabalho, aponta-se para a importância de considerar, no campo dos estudos organizacionais, o corpo nas diversas abordagens e produzir conhecimento sobre esse objeto de estudo, e ainda investigar o papel desempenhado pelo corpo na realidade organizacional contemporânea.



## Referências

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CASEY, Catherine. *Sociology Sensing Body: revitalizing a dissociative discourse*. In: HASSARD, John; HOLLIDAY, Ruth; WILLMOTT, Hugh. **Body and Organization**. London: Sage, 2000, p. 52 – 70.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Raquel Ramallete. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Organização e Tradução: Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Movilidad del Trabajo y Acumulación de Capital*. Tradução: Uxoá Doyhamboure e Oscar Barahona. México: Era, 1979. Título original: *Mobilité du travail et accumulation du capital*.
- HASSARD, John; HOLLIDAY, Ruth; WILLMOTT, Hugh. **Body and Organization**. London: Sage, 2000.
- HESSEN, Joahannes. **Teoria do Conhecimento**. Tradução: António Correia. 8. ed. Coimbra, Portugal: Arménio Amado, 1987.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das Organizações: evolução e crítica**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

---

<sup>1</sup> Nesse texto, as citações de Gaudemar (1979) são traduções livres e próprias.

<sup>2</sup> Ver Nota 1.

<sup>3</sup> Ver Nota 1.

<sup>4</sup> Ver Nota 1.

<sup>5</sup> Ver Nota 1.

<sup>6</sup> Ver Nota 1.